Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano VI nº 119
19/7/2001 a 2/8/2001
Contribuição R$ 1,50

CRISE SE AGRAVA NO BRASIL

E ELE CHAMA O FMI DE NOVO

POR UMA JORNADA UNIFICADA DE LUTAS

ESPAÇO ABERTO

Estudantes da USP são perseguidos. No dia 26 de junho, no Campus da USP de São Paulo, foi realizada a reunião do Conselho Universitário (CO), composto por estudantes, funcionários e professores (na sua maioria membros da direção da universidade).

Ë bom dizer que em um Conselho universitário de mais de 100 membros os estudantes de graduação (quase 40 mil) só têm 8 representantes e os funcionários apenas 3.

Nesta reunião, entre vários pontos a serem discutidos, estava na pauta a proposta de regulamentação das relações da USP com as Fundações Privadas.

Essa pauta foi colocada no momento que começa o período de férias na USP para evitar uma possível mobilização dos estudantes.

Como os companheiros sabem, a USP é baseada em três eixos fundamentais (ensino, pesquisa e extensão),que é conhecido como Tripé. De toda a verba recebida pela USP, cerca de 80% é revertida para pesquisa. O problema é que esse dinheiro não é gasto em pesquisas de interesse da sociedade e sim pesquisas de interesses de algumas empresas privadas (como a AVON).

O poder das fundações privadas, que hoje são mais de 30 ("conhecidas"), na universidade, chegou a tal ponto que atualmente são as fundações privadas que decidem quais pesquisas devem ser feitas e é quem organiza as pesquisas.

Na verdade, a entrada das Fundações na USP, é – como dizem os estudantes – a privatização "branca" da universidade.

Os estudantes entendiam que se a reunião fosse instalada, a regulamentação das Fundações Privadas seria aprovada. Por isso mais de 100 estudantes, democraticamente decidiram, em assembléia geral instalada na porta do Conselho, por impedir que a reunião acontecesse, e ocuparam o prédio da Reitoria, antes desse ponto entrar em pauta.

A não votação da regulamentação das Fundações significou uma grande vitória dos estudantes, mas isso não significa que a direção da USP irá desistir. Pelo contrário, a reitoria instalou uma sindicância que tem como objetivo final, punir e até expulsar da universidade as principais lideranças dos estudantes.

A direção da USP vem se baseando na acusação de "violência" e "baderna" para processar os estudantes.

Estamos chamando a todos, estudantes, sindicalistas, personalidades, sindicatos, partidos comprometidos com a educação pública para que mandem e-mails protestando contra a direção da USP, exigindo que ela não leve adiante qualquer punição aos estudantes que lutam em defesa da universidade pública gratuita e de qualidade para todos.

Mandem protestos para:
Reitor Jacques Marcovitch
e-mail: gr@usp.br Fax: 3815-5665
Assessoria de Imprensa da Reitoria
Gr006_rusp@recad.usp.br

E mensagens de apoio para:
DCE Livre Alexandre Vanuchi Leme
e-mail: dceusp@yahoo.com Fax: 3818-3270

c/cópia para:
Movimento dos Sem-Educação
e-mail:sem-educacao@uol.com.br

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Renato Benvenutti

Cerca de 50 mil pessoas participaram em Brasília no final de junho da Marcha que protestou contra o apagão, pediu CPI já contra a corrupção e teve na palavra-de-ordem do Fora FHC um dos pontos centrais da manifestação.

O QUE SE DISSE

"Ele (o FMI) existe para isso, para socorrer quando há necessidade."

FHC sobre a nova ajuda do FMI que o governo brasileiro está buscando. Deixando de lado a mentira, de pernas mais do que curtas, de que o FMI existe para "ajudar" os países necessitados, fica claro que a crise no país está novamente muito grave. No jornal *O Estado de S.Paulo*, em 18/7/2001.

"Vejo o país como um jogo de futebol. Se o país não chega ao gol do adversário, alguma mudança precisa ser feita, mesmo se for o presidente."

Do ex-jogador de futebol argentino, Maradona, em mais um exemplo de que o governo argentino não tem apoio de quase ninguém na Argentina. Na *Folha On Line*, em 18/7/2001.

"Sou um democrata e vim democraticamente homenagear os heróis que morreram em 1932."

Ubiratan Guimarães, coronel reformado condenado pelo massacre dos 111 presos do Carandiru, justificando porque foi ao desfile comemorativo à revolução constitucionalista. Mais uns dez democratas desses e vamos parar no fascismo aqui no Brasil. Na revista *Veja*, 18/7/2001.

"Não temos mais crédito."

Famosa frase do ministro Domingos Cavallo na semana que a Argentina quase quebrou. Aliás, qual é a semana, ultimamente, em que a Argentina quase não quebra?

"Estamos prontos para o que der e vier."

Sargento Crispiniano Daltro, presidente do Sindicato dos Policiais Civis da Bahia em um dos momentos de tensão da greve que terminou no último dia 18 com um vitória parcial dos policiais militares e civis. Na revista *Época*, em 16/7/2001.

"O pacote fiscal da Argentina começou a demonstrar sua fragilidade e o momento percebeu."

Hermann Miranda, representante da corretora Liquidez, na véspera da greve geral de 19 de julho. Precavido... Na *Folha On Line*, em 18/7/2001.

"Se o PMDB não quer ser aliado do governo, que tome o caminho da roça."

FHC, desafiando o PMDB a largar a mamata e ir para a oposição. Itamar seguiu o conselho e está nesse "caminho da roça" para ser candidato do PMDB à presidência. No *Jornal do Brasil*, 7/7/2001.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64 Atividade principal 61.81. Endereço: Rua Loefgreen, 909 Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030. Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

Crise exige jornada de lutas

O Brasil já sofreu o contágio da crise argentina. Já pegou um tremendo resfriado que pode evoluir rapidamente para uma pneumonia.

Por onde se olhe, o quadro é de deterioração da situação econômica, política e social no país.

Quatro fatores no *front* econômico vêm se combinando, armando um quadro grave de crise: a recessão/desaceleração da economia dos países imperialistas – tendo na vanguarda os Estados Unidos, que na sua queda vem arrastando a União Européia e o Japão; a crise argentina, que na sua agonia, pode explodir a qualquer momento; a crise energética e, como sub-produto de todas elas – e também da crise política – há uma semi-crise cambial no país. O país corre o risco de não conseguir fechar suas contas externas.

Nas alturas, a crise política não para: a popularidade do príncipe das trevas – FHC – está no fundo do poço. O presidente do Senado – Jader Barbalho – é um morto vivo. Nem o recesso parlamentar conseguiu tirar sua alma penada das manchetes. Não é descartado que ele se "licencie" por estes dias, para não ser cassado.

Novo acordo com o FMI

Do ponto de vista do governo e do FMI, o remédio é jogar a crise nas costas dos trabalhadores e do povo. Para tanto, FHC atua em duas pontas: de um lado estuda um novo acordo com o FMI, mais "ajuste fiscal" cortes de gastos públicos/orçamentários da ordem de mais R$ 6,5 bilhões, aumento do endividamento externo e aprofundamento da recessão.

O governo tenta evitar que se arme um cenário como o de 1999, de fuga de capitais e eminente falência do país. Na outra ponta, busca um pacto informal de governabilidade com a oposição – especialmente com o PT. Tal pacto, além da contenção de manifestações de massas, envolve o apoio no Congresso a instrumentos que garantam capacidade de iniciativa ao governo, bem como o "superávit" das contas públicas para "honrar" o pagamento da dívida. Daí o apoio vergonhoso do PT à regulamentação das Medidas Provisórias e à prorrogação da CPMF.

Isso sem falar das gestões petistas nas prefeituras e governos de estado, que se submetem claramente à batuta do FMI ao cumprirem com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Tudo isso significa mais sacrifícios dos trabalhadores e aumento da crise social.

É assim que os PDVs, demissões e anúncios de demissões já começaram com peso na indústria e também em outros setores. 74% das indústrias dizem que vão demitir. A Phillips de São José já anunciou um PDV, com o qual espera botar no olho da rua 350 metalúrgicos. Já teve início, também, a queda de braço entre os governos e o funcionalismo há anos sem aumento. As propostas de flexibilização de direitos e diminuição de salários também já voltaram. Agregue-se a isso tudo o tarifaço e a inflação.

Lutas começam a entrar em cena

Depois da PM de Tocantins, foi a vez da polícia baiana protagonizar por 13 dias uma verdadeira rebelião. Na sua rasteira, mais 15 setores entraram em greve no Estado. Quando fechávamos esta edição, entrava em greve a PM de Alagoas – também amotinada nos quartéis. Pelo menos em mais cinco estados há mobilização de PMs, com possibilidade de greve e motim em vários deles.

Há menos de 15 dias, foi a vez do metrô de São Paulo entrar em greve. Os operários da Phillips estão em estado de greve. Inúmeros setores do funcionalismo nos estados e municípios estão mobilizados ou em vias de mobilização. O funcionalismo federal tem greve marcada a partir de agosto. Os cortes e bloqueios de estrada contra o flagelo da seca se sucedem no Nordeste. Há data base de pesos pesados no 2º semestre.

As lutas, no entanto, até agora têm sido fragmentadas e deixadas cada uma por si, ainda que o saldo esteja sendo de vitórias até o momento.

Construir uma jornada unificada

Mas só será possível impedir o desemprego, o arrocho e a entrega do país com a unificação das lutas e convocação de uma jornada de mobilizações rumo à construção de uma greve geral.

O dia 27 de junho, que reuniu 50 mil em Brasília contra a CPI e o apagão foi importante, mas poderia ter sido muito maior se houvesse empenho da CUT e do PT. Mais grave, é que mais uma vez a direção majoritária do movimento não deu continuidade à luta.

O dia 20 de julho – dia mundial de luta contra a dívida externa – será mais um dia importante de mobilização, mas de novo aquém do que poderia, pois nem a maioria da CUT e nem o PT estão empenhados em construí-lo.

O desafio da esquerda cutista, dos sindicatos combativos, do MST é o de lutarmos para a expansão das lutas, sua unificação e exigirmos uma jornada de mobilizações rumo à construção de uma greve geral no Brasil: para botar abaixo FHC e o FMI, arrancar a redução da jornada sem redução dos salários e estabilidade no emprego; garantir aumento dos salários e rejeitar o tarifaço. Abrir um caminho para impedir as privatizações e reestatizar as estatais privatizadas, não pagar a dívida externa e garantir investimentos pesados em infra-estrutura e obras sociais.

Brasil será a Argentina amanhã

A rapina e verdadeira recolonização que o imperialismo vem impondo à América Latina, tem hoje na Argentina o exemplo mais fiel da catástrofe que esse modelo significa.

Na sua agonia, a Argentina conseguiu nestes dias um novo suspiro de moribundo ao unificar todos os governadores provinciais num draconiano corte de gastos públicos para adiar uma moratória técnica do país.

O Brasil que é contagiado pela argentina no *front* econômico e também político, precisa seguir os passos do país vizinho no que interessa aos trabalhadores que, quando fechávamos esta edição, preparavam-se para entrar em nova greve geral.

A greve geral argentina é um bom exemplo a seguir. Um péssimo exemplo é De La Rua, para quem Lula e o PT deveriam olhar, quando apresentam ao país um projeto de alianças para governar e um programa burguês e pró-imperialista, bem no agrado dos "investidores internacionais".

Nós chamamos o PT a romper com a burguesia, chamar a mobilização, unir os trabalhadores numa Frente Classista e apresentar um programa anti-capitalista e anti-imperialista contra a crise. Pois, imitar De la Rua é uma péssima escolha.

Renato Benvenutti

TEATRO

Peça sensível e comovente

Até o dia 2 de setembro estará em cartaz, no Teatro Studio 184, em São Paulo, a peça Playground, de Dema de Francisco, encenada por Djalma Limongi Batista, importante cineasta brasileiro.

É um texto sensível e comovente, que trata de relações familiares. *"O teatro é arte da magia de transformar ficção em realidade, os sonhos em verdade concreta"*, lembra o autor. A peça *"é a história real de minha mãe Cecília e de seu pequeno companheiro Cauê, e a viagem encantadora que ambos empreenderam no caminho do afeto e da amizade, ultrapassando silenciosamente a barreira da diferença brutal de idade entre eles"*. É uma história inspirada, que mistura pitadas de tristeza e muito otimismo.

O papel central é vivido por Dulce Muniz, atriz, diretora e dramaturga de renome no teatro brasileiro, além de ser uma das grandes lutadoras socialistas de nossa classe artística, que fez parte da Companhia Teatro de Arena nos anos 60 e da Oposição Sindical que revitalizou o Sindicato dos Artistas e Técnicos de São Paulo nos anos 70 e 80.

Hoje, apesar de estar em pleno auge de sua carreira como atriz, Dulce não esquece de colocar seu teatro, o Studio 184, a serviço da luta dos trabalhadores, organizando palestras, debates e eventos – sejam artísticos, sejam sindicais, sejam políticos - para ajudar nessa luta.

A peça Playground também traz no elenco Irene Stefania, Vietia Rocha e os meninos Vinícios Ricci e Bruno Albanez. Vale a pena!

Onda de greves sacode a Bahia

Carlos Zacarias,
de Salvador

Xando P.

PMs em greve e encapuzados ocuparam os quartéis na Bahia

Entre os dias 3 e 16 de julho a Bahia viveu uma das mais sérias crises institucionais de sua história recente. Com a greve na segurança pública do estado, que envolveu o total dos contingentes das polícias civil e militar, e a greve dos vigilantes, além da greve dos serventuários da justiça e de diversos outros servidores do estado, do município e do setor privado, o Estado viveu, por um lado, dias de insegurança e medo e, por outro, dias de confiança na luta e de uma intensa jornada de mobilizações do funcionalismo público estadual.

O saldo extra-oficial dos 13 dias de greve da segurança pública do Estado, mostraram o quão pobre e miserável é a Bahia, pois evidenciou o barril de pólvora sobre o qual vivemos. O que se viu nesses dias de crise foram hordas de desempregados e famintos saqueando o comércio, depredando parques públicos e tomando o que podiam dos que tinham alguma coisa. Resultado: 60 assassinatos, 120 pessoas feridas à bala, 80 estabelecimentos saqueados e um prejuízo no comércio de cerca de R$ 10 milhões. Este saldo deve ser debitado na conta do governo do Estado, comandado por ACM e César Borges, que apostou no impasse das negociações e, na sua arrogância e prepotência, possibilitou aos policiais uma greve efetivamente vitoriosa.

Um outro saldo a ser considerado é o político, do movimento, este a ser creditado na conta dos trabalhadores do Estado, que vinham construindo intensas mobilizações com suas campanhas salariais onde reivindicavam reposição de perdas de 70%. O funcionalismo público também reivindica, em essência, a recomposição dos seus planos de cargos e salários destruídos durante o governo de ACM no início da década. Tais campanhas, ainda em curso, estão apontando para o enfrentamento da política salarial do governo do Estado, através de diversas paralisações setoriais que, ao que tudo indica, poderão convergir para uma possível greve geral unificada ainda para o mês de julho.

Categorias em greve e mobilizadas na Bahia	
Polícia Civil e Militar	greve entre os dias 5 e 16 de julho
Judiciário	em greve há mais de 20 dias depois de uma greve de mais de 50 dias há menos de dois meses
Saúde	em greve desde o dia 10
Educação	paralisação de uma semana e caminhando para greve
Servidores municipais	em greve desde o dia 10
Vigilantes	em greve desde o dia 6
Previdenciários	greve de 72 horas, entre os dias 17 a 19 de julho
Rodoviários	paralisação parcial por falta de segurança
Bancários	trabalharam parcialmente por orientação do sindicato durante a greve da polícia
Limpeza Urbana	greve deflagrada no dia 17 com acordo firmado no mesmo dia (com ganhos de 11%)
Universidade	paralisações setoriais dos professores nas quatro estaduais, caminhando para uma nova greve unificada

Roteiro da crise

Os policiais civis e militares vinham construindo sua campanha salarial em conjunto com os demais servidores do Estado. As perspectivas das lideranças de diversos sindicatos e associações de classe era a de que a situação explosiva desembocaria em grandes greves e mobilizações específicas nos três setores do funcionalismo: educação, saúde e segurança.

O arrocho salarial, imposto pelos sucessivos governos carlistas há uma década no comando, havia levado, no ano anterior, os professores do ensino básico a quase um mês de greve. Greve esta só finalizada por sucessivas manobras da direção da Sindicato (PCdoB) que, se confrontando com a base radicalizada da categoria, pôs fim ao movimento que mobilizou mais de 50 mil trabalhadores em todo o estado.

Mais ou menos no mesmo período, os professores das quatro universidades estaduais da Bahia vivenciaram uma greve de mais de 70 dias. A despeito de todas as tentativas de unificação das categorias por parte da direção das quatro Associações de Docentes (**PSTU**, PT e independentes), o movimento ficou isolado e, com o reconhecimento da vitória política da base, retornou sem acordo ao trabalho preparando novas jornadas para o ano seguinte (2001).

Entretanto, no curso da construção da luta e da unidade das categorias, os policiais foram surpreendidos pelo arbítrio do governo quando este determinou o aquartelamento de boa parte da tropa da PM no dia da assembléia da categoria, como forma de evitar que os policiais participassem da plenária organizada em conjunto com os civis. Foi o mote para a ocupação dos batalhões que, entre os dias 3 e 5 de julho, foram quase todos ocupados pelos PM's que haviam deflagrado a greve na assembléia do dia 4. Dali em diante o que se viu foi o festival de bobagens do governo do Estado que culminou com o pedido de socorro às tropas federais e a FHC, depois de mais de uma semana de greve.

Pelas ruas o que se viu foi o pânico crescente das pessoas que corriam ao primeiro sinal ou boato de arrastão. Na periferia, os diversos saques promovidos pela população pobre deixaram um pesado saldo de violência que terminou em várias mortes de trabalhadores e desempregados. A cidade de Salvador concentra uma explosiva situação de miséria e concentração de renda, com altos índices de violência urbana. Apesar disso, o governo apostou

no caos e acusou a oposição de manipular a greve com fins eleitoreiros.

As "oposições" na greve das polícias

As chamadas oposições baianas cerram em suas fileiras além do PT, PCdoB, PSB, PDT e do PV, o PSDB e o neófito oposicionista PMDB. Ao longo da greve, os parlamentares do PT, PCdoB e PSB tiveram importante e destacada atuação junto ao movimento grevista. O PT, principal partido de oposição do Estado, acionou seus deputados na bancada legislativa e federal, entre os federais o líder na Câmara, Walter Pinheiro, o pré-candidato ao governo Jaques Wagner, e o prefeiturável e presidente da Comissão de Direitos Humanos, Nélson Pelegrino. O PCdoB, que dirige CUT estadual e boa parte do funcionalismo público, acionou seu deputado federal e pré-candidato ao senado Haroldo Lima e a deputada estadual Alice Portugal. Já o PSB teve no deputado estadual Capitão Tadeu o principal articulador do movimento já que o mesmo é oficial reformado da PM.

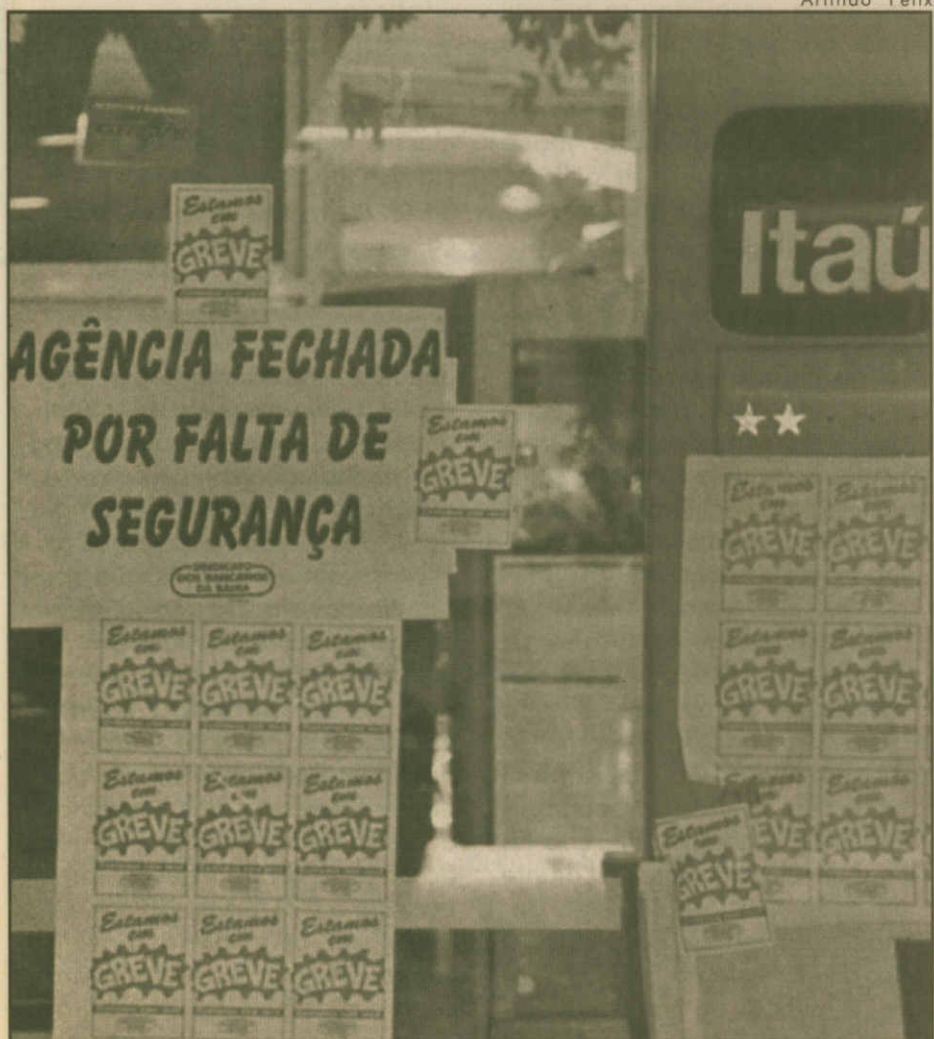
Tudo ocorria dentro da praxe da atuação destas siglas nos movimentos sociais até que entrou em cena o "corpo de bombeiros" da oposição, tendo a frente o PT. Isto ocorreu a partir do acirramento da violência nas ruas, o que levou o governo do Estado a articular uma reunião com os parlamentares da oposição no dia 13. Neste dia havia sido definido, numa plenária convocada pela CUT no dia 12, uma manifestação de lideranças na governadoria e um ato de protesto na abertura da 53ª Reunião Anual da SBPC.

Ainda sem saber do "acordo" os sindicatos que não eram ligados ao PT seguiram para a governadoria e foram informados do desmanche do protesto articulado na calada da noite, entre Nélson Pelegrino (PT) e o governo. Em seguida, em uma reunião da CUT, foi aprovado que além dos parlamentares deveriam estar presentes também as lideranças do funcionalismo estadual.

O fato é que o governo apostou na separação da greve da PM do tratamento dos demais servidores públicos e, para isso, contou com o valioso apoio do PT. Na madrugada do dia 14, após as lideranças de sete sindicatos e associações de classe terem sido barradas na porta do Palácio de Ondina (residência oficial do governador), os parlamentares da oposição articularam uma reunião em separado do comando de greve das polícias civil e militar com o governo do estado. Dali em diante o enredo é um pouco mais conhecido: o governo designou uma comissão de três Secretários de Estado para negociarem com o comando, ao que finalizaram com uma proposta de reajuste de cerca de 20% (além de outros pontos da pauta que foram atendidos).

O fim da greve começou a ser delineado sem que as outras categorias tivessem tido tempo de deflagrar a greve geral (há uma paralisação de um dia marcada para o dia 24, preparatória da greve geral unificada).

Entretanto, o comando de greve das duas polícias ainda resistiu às pressões do governo e da oposição por mais quatro dias. Finalmente, no último dia 16, decidiram pela suspensão do movimento sem aceitar a proposta do governo e ameaçando nova greve para o carnaval, caso a situação dos trabalhadores da segurança pública não seja melhorada. Depois de 13 dias de uma greve que abalou as estruturas do governo baiano, as polícias civil e militar do Estado voltaram ao trabalho com o saldo positivo de uma grande vitória e muito desgaste para o governo e algum para a oposição.

Arlindo Felix

Bancos e comércio fecharam

Xando P.

Polícia do Exército nas ruas de Salvador

Protestos marcam luta contra dívida externa

Américo Gomes,
de São Paulo

Para o dia 20 de julho, estava marcada a reunião dos governos dos oito países mais ricos do mundo em Gênova, na Itália. O objetivo é discutir a aplicação da chamada globalização econômica, que só traz desemprego, exclusão social e o enriquecimento dos países mais ricos contra a crise econômica e social nos países do chamado Terceiro Mundo.

A quebradeira econômica de países como Argentina, Equador e Colômbia ou o próprio tarifaço e apagão no Brasil são conseqüência disso.

Mas ao mesmo tempo, centenas de milhares de manifestantes no mundo todo estarão nas ruas protestando e resistindo.

Estas manifestações exigirão o não pagamento da dívida externa e demonstrarão que a maioria da juventude e dos trabalhadores mais pobres rechaçam os planos do Fundo Monetário Internacional e seus dirigentes.

Grandes manifestações foram realizadas em Buenos Aires, Argentina, e Quebec, no Canadá, seguindo o espírito de Seatle.

Lutar contra a Alca é defender a nossa soberania nacional

Em São Paulo está marcada uma manifestação que se concentrará às 10 horas, na praça do metrô Paraíso. Em seguida os manifestantes vão em passeata pela Avenida Paulista, onde haverá um ato em frente ao Banco Central. O protesto se encerra com ato em frente ao Consulado Americano.

Participarão do movimento militantes do PT, PCdoB, **PSTU**, CMP, MST e Pastoral Operária

Será um ato contra a Alca, contra o pagamento da Dívida Externa e das privatizações, em defesa da Soberania Nacional e os Direitos Sociais, pelo Fora FHC e FMI.

A implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) expressa esta política em nosso continente. Com este tratado comercial, os Estados Unidos pretendem recolonizar econômica, política e militarmente nossa região. Isso significará: desnacionalização da indústria e do sistema financeiro; redução de direitos, de salários e de empregos; total dependência do FMI (Fundo Monetário Internacional) e seus planos econômicos e fim da soberania dos países da área, tanto militar, quanto econômica.

Os jovens e os trabalhadores estão começando a entender este processo, por isso as manifestações poderão ser bastante representativas.

Renato Benvenutti

POLÊMICA

Gerenciar a crise ou romper com o FMI?

A profunda crise econômica e social que atravessa o país antecipou todo o debate sobre a sucessão presidencial de 2002 e que programa econômico-social deverá gerir o país.

Nestas páginas do ***Opinião Socialista****, buscaremos realizar uma polêmica com o programa e a política do Partido dos Trabalhadores. O PT, que possui a confiança da maioria da classe trabalhadora, tem enormes responsabilidades diante da presente crise. Para o PT só há duas alternativas: buscar constituir-se como uma das alternativas para gerir a crise dos planos neoliberais ou enfrentar decididamente os planos do imperialismo. Para nós, a política e programa apresentados por esse partido confirmam claramente a opção pela primeira alternativa.*

Euclides de Agrela,
da redação

O documento *Um Outro Brasil é Possível*, elaborado por 14 economistas convidados pelo Instituto da Cidadania e avalizado pelas principais lideranças do PT, dentre eles o próprio Lula, de fato defende uma gestão de ajustes no modelo neoliberal. O próprio documento não deixa nenhuma dúvida quando afirma que *"a estabilidade inflacionária foi de fato a única grande conquista do atual modelo econômico"*. Assim, a primeira palavra de ordem desta carta de intenções é *"manter a estabilidade"*.

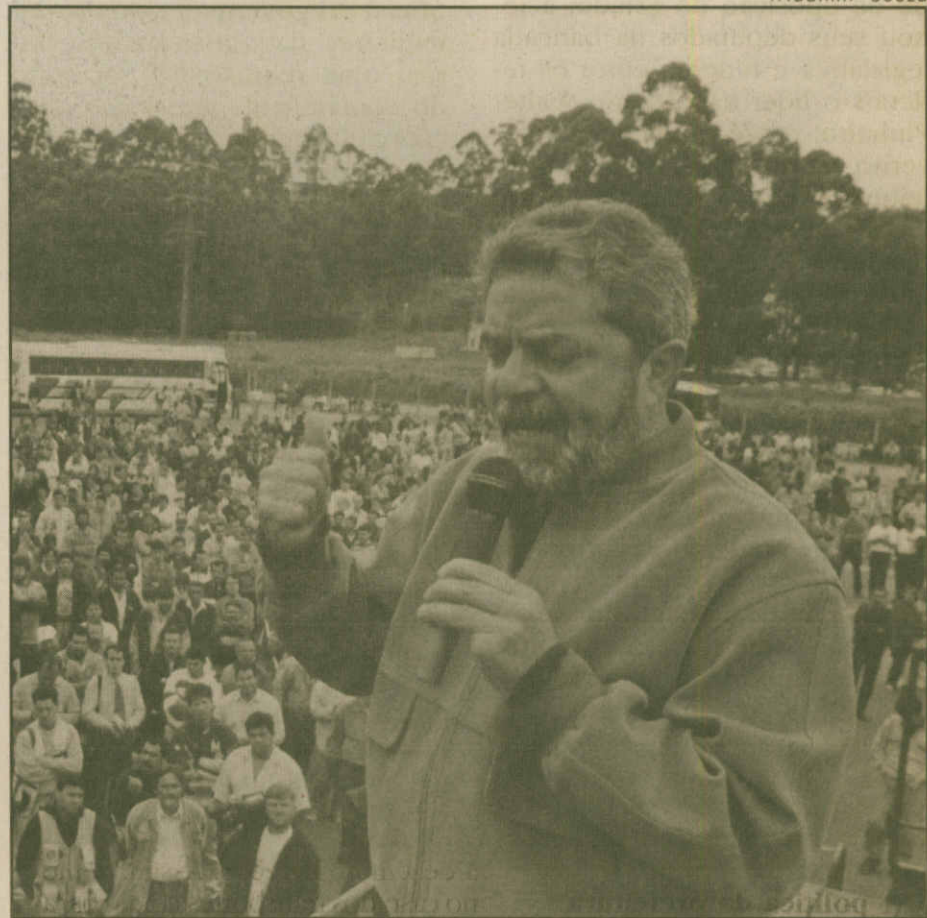
É isto que explica porque Lula afirmou recentemente que: *"Existem contratos que não podem deixar de ser cumpridos, mas isso não significa que sejamos obrigados a concordar com eles"*. Um destes contratos que "não podem deixar de ser cumpridos" é o pagamento das dívidas externa e interna e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal nas prefeituras e governos estaduais geridos pelo PT.

Direção do PT propõe manter estabilidade neoliberal

Com relação aos investimentos estrangeiros o documento afirma: *"o alto grau de desnacionalização ocorrido na última década levaria qualquer ciclo de crescimento comandado prioritariamente pelo investimento privado a depender fundamentalmente da entrada ou do reinvestimento do capital estrangeiro. Para evitar que isto leve a uma grande instabilidade, ou mesmo a um crescimento medíocre do investimento como vem ocorrendo nesta década, o Estado deverá mobilizar todos os instrumentos disponíveis com o intuito de ampliar o seu papel de coordenador e indutor da ampliação do investimento"*.

Aqui, fica não só completamente descartada a reestatização das empresas privatizadas, além disso caberia ao Estado subsidiar a grande indústria nacional e estrangeira. Trata-se de uma importante sinalização para a burguesia e o imperialismo de que não se propõe a ruptura do Brasil com a Alca. Como afirmou recentemente Tarso Genro em entrevista à revista República: *"A economia mundial está toda integrada. Romper com esta economia global leva ao Saara econômico e financeiro. Teremos de transladar do modelo de subordinação para o de cooperação"*.

Na linha de Tarso Genro José Dirceu arrematou: *"ao chegarmos à Presidência, vamos nos comportar como governo. Aliás, vamos nos comportar como governo antes disso. Vamos monitorar o Banco Central, O ministério da Fazenda, etc. Já estamos monitorando o Orçamento. Nas prefeituras e governos estaduais, o PT tem mostrado que sabe governar"*.

A própria burguesia, espera do PT mais e mais demonstrações de fidelidade ao modelo neoliberal. Para citar dois exemplos. Para a revista Veja: *"o sonho do PT, em resumo, é administrar um país em que o governo faça investimentos maciços em áreas sociais, conceda subsídios a setores que julgue necessário estimular e, ao mesmo tempo, tenha contas equilibradas; e um país que seja atraente para os investidores estrangeiros"*. E segundo a revista *República*, dirigida pelo ex-ministro Mendonça de Barros: *"Ameaçado o país pela instabilidade argentina, pelo apagão e pela deterioração das contas externas, ao PT cumpria demonstrar que podia ser um gerente da crise"*.

Wladimir Souza

Um projeto de ruptura com o neoliberalismo

Numa pesquisa recente encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope, perguntou-se a 2 mil pessoas o que pensavam do socialismo. Nada menos que 50% foram favoráveis à sua implantação no Brasil. O Ibope também perguntou se o Brasil precisa de uma revolução socialista. Cerca de 55% concordaram com a proposta. Na pesquisa, 78% dos entrevistados querem uma presença mais forte do Estado na economia e 49% defendem que o governo deve estatizar as empresas particulares de determinados setores estratégicos. Por outro lado, o PT é o partido que os entrevistados mais associam aos ideais que admiram.

Essa pesquisa é apenas uma demonstração distorcida das expectativas que existem diante de um futuro governo do PT, para que ele se enfrente com o atual modelo econômico. Sinaliza a esquerdização da consciência das massas diante da crise, que já havia sido demonstrada antes, no plebiscito da dívida externa, onde mais de 5 milhões de pessoas disseram não ao FMI e a rapinagem do país, e nas próprias eleições municipais do ano passado, de onde o PT saiu como o grande vitorioso.

Porém, na medida em que "endireita" o seu programa para ganhar mais votos das classes médias, o PT se distância dos interesses da classe trabalhadora, para "dar segurança e previsibilidade para o capital produtivo".

Para o PSTU, *não será com um programa que tenha como objetivo central "dar segurança e previsibilidade para o capital produtivo" que serão atendidas as reivindicações imediatas e históricas da classe trabalhadora. Não será com políticas sociais compensatórias que serão tirados da indigência mais de 50 milhões de miseráveis, que se colocará fim ao desemprego e se garantirá saúde, educação e moradia para todos. Para atender as necessidades e interesses dos trabalhadores só há um caminho: deixar de pagar a dívida externa, romper com o FMI, dizer não à Alca, reestatizar as empresas privatizadas, estatizar o sistema financeiro e realizar a reforma agrária que expropie o latifúndio.*

200 dias de Marta: vidraça arranhada

A mesma pesquisa do *Datafolha* que apontou o crescimento das intenções de voto em Lula, que variam hoje entre 31% e 35%, foi devastadora para duas administrações petistas. Na avaliação dos Estados, a Olívio Dutra (RS) foi o pior governador; na avaliação de nove capitais, Marta Suplicy ficou com o último lugar.

Segundo pesquisa do *Datafolha*, 42% dos paulistanos consideram seu governo ruim ou péssimo. Em abril, os que tinham a mesma opinião eram apenas 14%. Levantamento pelo *InformEstado* mostra que 50,3% dos entrevistados consideram a situação da cidade igual à que havia no governo Pitta.

Marta Suplicy foi eleita prefeita de São Paulo, no segundo turno das eleições municipais de 2000 com 58,51% dos votos válidos, contra 41,49% de Paulo Maluf. No último dia 19 de julho, Marta completou 200 dias na prefeitura.

A impopularidade de Marta não se deve a uma obra do divino espírito santo ou a manobras da imprensa burguesa para desgastar sua administração, mas aos primeiros efeitos perante a população do que significa governar com um programa de "neoliberalismo com políticas compensatórias".

A política da prefeitura

1. Transporte público

Marta acabou com o subsídio às empresas de ônibus e fez um acordo para a renovação de 10% da frota até outubro, mas transferiu a conta para os trabalhadores, aumentou preço da passagem para R$ 1,40 – um reajuste de 7 pontos percentuais acima da inflação. A elevação foi de 21,74% contra 14,6% de inflação desde o último reajuste, em janeiro de 1999. Falar de municipalização das empresas de ônibus nem pensar!

2. Funcionalismo

Marta deu aumento de 40% aos ocupantes de cargos de confiança. Tentou aumentar também o salário dos secretários em 28%, mas a medida foi suspensa na justiça. Para o restante dos servidores concedeu reajuste quadrimestral de 0,7%. Demitiu mais de 800 funcionários, a maioria fantasmas ou em desvio de função. Mas em seu lugar, a Câmara aprovou um projeto de lei que cria 788 novos cargos de confiança, um verdadeiro "trem da alegria".

3. Lixo

O lixo responde por 12% das reclamações à ouvidoria da prefeitura. A polícia e o Ministério Público investigam os contratos emergenciais que Marta assinou com empresas de lixo. Entre elas estão a Construban (de Ubiratan Sebastião de Carvalho, ex-militante do PT).

Para coroar o escândalo do lixo, o secretário de Infra-Estrutura Urbana, Walter Rasmussen Júnior, pediu demissão na última segunda feira, 16 de junho. O pedido de demissão se deu devido à revelação de que Rasmussen havia contratado sem licitação a empresa de limpeza Intrascol S/A Coleta e Remoção de Resíduos, na qual ele havia trabalhado de janeiro de 1997 a dezembro de 2000. Assim, como no caso dos transportes coletivos, a prefeitura foge da estatização das empresas de limpeza pública como o diabo da cruz.

4. Educação

Do total de receitas tributárias arrecadadas até o final de abril (R$ 2,744 bilhões), aplicou 23% em Educação, contra os 30% previstos em lei. A conta inclui os gastos com servidores inativos. Sem os inativos, a porcentagem despencaria para 17%.

Ainda, sobre a educação, se é verdade que foram criadas 40 mil novas vagas, por outro lado, devido à falta de investimentos na construção de novas salas de aula e escolas, o aumento do número de matrículas provocou superlotação em várias unidades, e ainda estão fora da escola 131 mil crianças até 6 anos, 10 mil até 14 anos e 400 mil analfabetos. O déficit é de pelo menos 5 mil professores e de 61 diretores de escolas.

5. Projetos Sociais

Quanto aos projetos sociais, Marta somou aos R$ 3 milhões destinados a projetos sociais outros 65 milhões remanejados no orçamento. O Renda Mínima deve ficar com 40 milhões, 13 milhões vão para o Começar de Novo, 11 milhões para o Bolsa-Trabalho e 4 milhões para o Banco do Povo. É uma quantia insignificante frente ao papagaio de R$ 910 milhões que a prefeitura terá que pagar ainda este ano para o governo federal. A meta é beneficiar 60 mil famílias, 13 mil jovens e 11 mil trabalhadores. Para uma cidade de 10 milhões de habitantes, pouquíssimos serão os "cidadãos" miseráveis beneficiados com esses programas compensatórios.

6. Dívida Pública

O município está estrangulado financeiramente pela dívida pública e as obrigações com a Lei de Responsabilidade Fiscal. A cidade deve um total de R$ 18,25 bilhões, aproximadamente 2,5 vezes a sua receita líquida. Desta quantia R$ 10,6 bilhões foram renegociados junto ao Tesouro Nacional e deverão ser pagos em 30 anos, a juros de 6% ao ano. A prefeitura gastará 13% de sua arrecadação anual com os encargos da dívida. Se no próximo ano não amortizar 20% desses débitos – mais de um quarto da sua arrecadação —, os juros sobem para 9%. Em 2001, a prefeitura deverá garantir o pagamento de R$ 910 milhões de reais ao governo federal.

Ao invés de deixar de pagar a dívida pública e romper com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a prefeitura está apertando ao máximo o orçamento para honrar os seus compromissos com o governo federal.

O **PSTU** tem se posicionado na cidade de São Paulo contra todas estas medidas antipopulares da prefeitura. Os trabalhadores e estudantes de São Paulo devem se mobilizar para obrigar a prefeitura a atender as suas reivindicações, começando pela exigência de revogação do aumento das passagens de ônibus. Os estudantes secundaristas já iniciaram uma campanha pelo passe-livre nos transportes púbicos. O funcionalismo e os professores municipais exigem aumento de salários. Não podemos deixar nas mãos da arquipelega Força Sindical e dos partidos burgueses a "defesa" dos intereses dos trabalhadores e estudantes.

Marta Suplicy, se quiser atender as reivindicações dos trabalhadores e estudantes, deverá deixar de pagar a dívida pública, romper com a LRF e demitir os Secretários burgueses da Prefeitura, começando por João Sayad. Caso contrário, o arranhão na vidraça poderá evoluir para um estilhaço.

Por uma Frente dos Trabalhadores

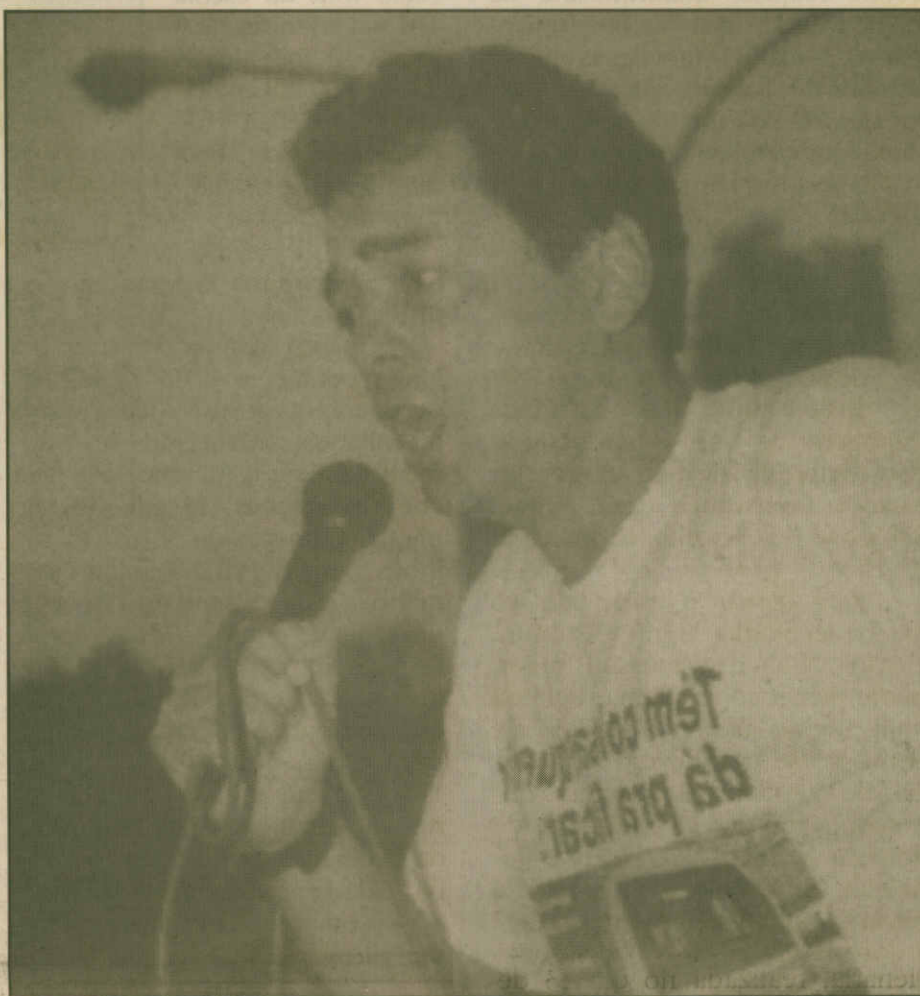
A política de alianças levadas pelo PT está em perfeita sintonia com o seu programa. Recentemente, dirigentes do PT chegaram a ventilar o nome do deputado José de Alencar do PMDB, para vice do Lula. Diante da apresentação de pré-candidaturas de Itamar, Ciro Gomes e Garotinho não sobraram alternativas de peso, oriundas dos partidos burgueses de oposição.

O movimento operário, popular e estudantil não pode ficar vendo a banda passar diante do debate que se está iniciando sobre o programa e arco de alianças para governar o país. Esse debate não foi colocado simplesmente em função das eleições de 2002. Essa discussão foi posta pelo agravamento da crise sem saída onde está o país. Por isso, ganha cada vez mais força o Fora FHC e o FMI, apesar do freio da direção do PT.

O PSTU defende, ao contrário de uma aliança dos trabalhadores com os setores burgueses produtivos, a constituição de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo. Defendemos um governo de Lula com vice do MST, que deixe de pagar a dívida externa, rompa com o FMI e diga não à Alca. Um governo do PT, fora destes marcos, será um mero gestor da crise e dos negócios da burguesia.

Chapa da esquerda é alternativa no sindicato

"Greve no Metrô dobrou o governo"

*O **Opinião Socialista** entrevistou o metroviário Sérgio Carioca "Serjão" sobre a situação dos trabalhadores do Metrô de São Paulo e as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metroviários, que começa no dia 23 de julho. Os metroviários acabaram de sair de uma campanha salarial polarizada por diversas mobilizações e de uma greve de dois dias que enfrentou o Tribunal Regional do Trabalho e garantiu as reivindicações da categoria. Agora, vão escolher a nova direção do sindicato. Sérgio Carioca (membro da executiva do Sindicato, militante do **PSTU** e do **MTS**) é candidato à presidência do sindicato pela chapa 2 – Alternativa Sindical de Base. A chapa é composta por militantes do **PSTU**, da esquerda petista e independentes.*

Sérgio Carioca

Opinião Socialista – Qual a avaliação que você faz da greve realizada pela categoria nos dias 25 e 26 de julho?

Sérgio – Não é possível fazer uma avaliação da greve sem falar na campanha salarial. Tivemos uma campanha muito dura, que durou dois meses, com mobilização nos locais de trabalho, atos, passeatas, os cafés com os usuários (manifestações localizadas de esclarecimento à população que utiliza o Metrô sobre as reivindicações da categoria e os motivos da paralisação). Realizamos um ato na Assembléia Legislativa e outro na Avenida Paulista, paralisações nas áreas de trabalho (estações, segurança, manutenção, operações e administrativo). Só então, partimos para a greve. Foram dois dias de greve com ocupação, com participação massiva da categoria. Na verdade, o que estava em jogo não era apenas as reivindicações econômicas, mas também a luta contra o projeto de privatização do Metrô. O governo jogou duro porque o que estava por trás era a necessidade de derrotar a categoria para levar adiante a privatização. Mas, por outro lado, a categoria entendeu isso e superou a decisão de efeito suspensivo do TRT e a declaração de abusividade da greve. Com isso, dobrou a intransigência do governo.

O.S. – Como se deu essa ação intransigente?

Sérgio – No primeiro dia da greve o governador Geraldo Alckmin (PSDB) foi para toda a imprensa declarar que não negociaria com a categoria de jeito nenhum. Ao final, teve que se dobrar e o resultado concreto da greve foi que conseguimos 7% de reajuste salarial e a manutenção da essência do acordo coletivo anterior, que era o foco dos ataques da empresa.

O.S. – Agora, vocês estão em campanha para a eleição da nova diretoria do sindicato. Como está o processo, pós realização da greve?

Sérgio – A campanha eleitoral emendou na campanha salarial. Por isso, o período de campanha foi curtíssimo. Houve uma convenção para conformação de uma chapa única da CUT, que não se formou por causa das polêmicas de programa para a categoria. Então, existem três chapas concorrendo. Serão eleitos além do presidente do sindicato, 52 diretores de base nas diferentes áreas de trabalho. Além da nossa chapa, está concorrendo a chapa da atual direção do sindicato, ligada ao *PCdoB* e outra, formada por militantes da *Articulação Sindical*. A campanha está polarizada entre a nossa chapa e a chapa da atual maioria da diretoria. Mas existe um grande sentimento de renovação na categoria. A chapa da maioria da diretoria está há 12 anos no sindicato, são três gestões. Nesse período o sindicato vem se afastando da base, apesar de se manter como um sindicato de luta. Além disso, houve derrotas em áreas de trabalho importantes, o que levou a mais desgaste. Essa situação aumentou o questionamento da base à atual direção do sindicato.

O.S. – A prefeitura de São Paulo vem negociando sua participação no processo de concessão da linha 4 do Metrô. Qual a posição da categoria sobre o tema?

Sérgio – A categoria aprovou no último congresso, por unanimidade, a defesa do transporte público e estatal. Essa é uma discussão direta com a prefeitura e é um dos principais pontos de luta da nossa chapa. Isso concretamente significa a privatização. E a proposta é que o acordo seja fechado já no próximo semestre. A prefeitura vem defendendo a concessão e, devido às alianças no município, o *PCdoB* se diz contra à concessão, mas concretamente não tem feito nenhuma campanha contra. A *Articulação* vai mais longe, propondo apenas a criação de um grupo de discussão sobre o tema. Nossa militância e os companheiros da esquerda do PT e independentes que compõem a chapa conosco tem uma posição radicalmente contra a concessão da linha e a privatização do Metrô.

MOVIMENTO

Servidor público prepara greve

Luciana Araujo,
da redação

Os servidores públicos federais estão dando a largada para a paralisação nacional de 48 horas marcada para os dias 1º e 2 de agosto. A jornada nacional de lutas da categoria foi aprovada na última plenária nacional, realizada em Brasília no dia 29 de julho.

Os servidores da saúde e previdência foram o primeiro setor da categoria a realizar paralisações preparatórias para a jornada nacional, nos dias 17, 18 e 19 passados. A força da paralisação no dia 17 impôs um primeiro recuo ao Ministério da Previdência, que desde 1998 se recusava a receber a categoria para discutir as reivindicações salariais e sociais. No dia 18, o novo ministro, Roberto Brant, recebeu pela primeira vez em audiência representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores em Saúde e Previdência (Fenasps) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS).

Os trabalhadores da previdência lutam contra o fim do PCS e os cortes de direitos sociais. Em Brasília, Santa Catarina, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco a paralisação atingiu praticamente 100% da categoria nos dois primeiros dias de mobilização e continuava com força para o último dia. No Paraná e Rio de Janeiro houve paralisações parciais e os trabalhadores de Minas Gerais estavam em estado de greve até o fechamento desta edição.

Os funcionários das universidades públicas, organizados na Fasubra, preparam uma greve nacional por tempo indeterminado a partir do dia 25. Os principais pontos de luta da categoria são contra o projeto de emprego público e a privatização das universidades, além da reivindicação do reajuste de 75,48% e o respeito à data-base.

No mesmo barco estão os servidores do judiciário federal, que têm paralisação nacional marcada para os dias 15 e 16 de agosto.

NEGROS *Movimento alia-se a FHC em conferência, mas há resistência*

Conferência do Rio foi uma farsa

Wilson H. da Silva,
secretaria de Negros e Negras do PSTU

Nos dias 7 e 8 de julho ocorreu, no Rio de Janeiro, a Conferência Oficial Brasileira em preparação para a *3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância*, que será promovida pela ONU, no início de setembro, em Durban, na África do Sul. Como a conferência é um fórum governamental, a reunião realizada no Rio tinha um caráter pra lá de oficial. Ela foi convocada para discutir o que os representantes de FHC irão falar em Durban, ou seja, nada mais era do que uma espécie de circo de quinta categoria, armado para encenar a farsa de que este governo tem alguma preocupação com o racismo.

Até ai nada de novo. FHC e sua corja já deram exemplos mais do que contundentes de hipocrisia ilimitada. A lamentável novidade que vimos no Rio foi a participação decisiva dos setores majoritários do movimento negro. Uma participação que ficou tristemente "personificada" na figura da petista Benedita da Silva, vice-governadora do Rio, indicada para presidir a Conferência.

Dirigidas, em grande parte, por ativistas ligados ao PT e ao PCdoB, as entidades do movimento prestaram um enorme desserviço à luta contra o racismo ao legitimarem o espetáculo farsesco promovido pelo governo, em um episódio que, lamentavelmente, não pode ser considerado um fato isolado: há tempos, setores importantes do movimento têm pregado que a luta contra o racismo passa por parcerias com o governo federal e a iniciativa privada.

Parceria espúria

No que se refere à Conferência da África do Sul, a história da parceira do movimento negro — particularmente das entidades dirigidas pelos partidos mencionados acima, cujas principais expressões são a Unegro (PCdoB), o Conselho Nacional das Entidades Negras (PT) e setores do Movimento Negro Unificado (MNU) — é especialmente nefasta.

Há cerca de um ano, quando foi realizada a primeira Plenária Nacional para discutir a Conferência, muitos questionaram a condução do processo. Além da escassez de discussões na base, havia dúvidas em como se daria nossa participação e qual seria nossa postura em relação à delegação oficial.

Naquele momento, algumas entidades defenderam que nossa participação só poderia se dar em aberta oposição ao governo FHC e sua política e — apesar da mesa coordenadora da plenária ter se recusado a colocar em votação uma proposta neste sentido — as entidades presentes decidiram que o movimento negro brasileiro participaria única e exclusivamente dos processos vinculados ao Fórum Paralelo que está sendo convocado em oposição à conferência oficial.

Lamentavelmente, contudo, as entidades que foram indicadas para coordenar o processo fizeram o oposto do que havia sido decidido. Ancoradas na Fundação Palmares — o órgão federal que finge tratar da questão racial — a maioria destas entidades emprenharam-se nos gabinetes de Brasília e voltaram todos seus esforços para a participação da Conferência Nacional patrocinada por FHC.

Exatamente por isso, a 2ª Plenária, realizada no dia 13 de maio — triste ironia!!! — não serviu para nada mais do que ratificar o atrelamento do movimento negro à esta parceria espúria. Depois de negociar propostas políticas — e financiamentos, evidentemente — com o governo, a direção do movimento convocou a Plenária quase que exclusivamente para discutir "quem" iria receber as passagens, esvaziou completamente o debate de propostas e, ainda, protagonizou o vergonhoso espetáculo de defender a participação no fórum convocado por FHC.

Com esse "histórico" não podeia se esperar muito da Conferência em si. Reunindo cerca de 800 pessoas, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, o fórum presidido por Benedita (mas, na verdade, capitaneado pelo branquíssimo Gilberto Sabóia, do Itamaraty) foi apenas um palco, totalmente despolitizado e burocrático, para a propaganda de que "o governo está fazendo algo": palestras e shows substituíram o debate político e a plenária final serviu apenas para ratificar o que a direção do movimento já havia acordado com o governo.

Em repúdio a tudo isso, uma série de entidades e organizações — como o Coletivo Anti-Racista da CUT, a Secretaria de Negros e Negras do PSTU, o Coletivo Anti-Racismo da Apeoesp/SP e vários grupos do movimento de gays, lésbicas e transgêneros — realizaram um protesto contra a "intenção do governo FHC em maquiar a situação real da população excluída do país" através da farsa realizada no Rio e retiraram-se do evento.

Domingos Peixoto

Protesto contra racismo em shopping no Rio de Janeiro

Nem ONU nem FHC combatem o racismo

Para nós, Negros e Negras do PSTU, a atitude adotada pelas correntes majoritárias do movimento foi um gravíssimo erro político. Participar da Conferência Oficial significou legitimar a delegação oficial e suas políticas. Em última instância, significou dizer para o mundo que há, sim, espaço para "dialogar" com o governo sobre temas pertinentes ao combate ao racismo ou, ainda, afirmar que há algum nível de democracia racial neste país.

É inadmissível que estes setores do movimento tenham se esquecido do "diálogo" que FHC e seus asseclas travaram conosco, os povos indígenas e os movimentos sindical e estudantil em abril de 2000, em Porto Seguro, onde muitos foram espancados, presos e humilhados.

Isto para não falar do óbvio. Como é possível travar qualquer diálogo ou parceria com um governo que, ao servir de capacho para o FMI, aplica um plano econômico que condena a população em geral, e negros e negras em particular, à miséria, à fome? Como é possível legitimar a delegação de um governo que sequer procura disfarçar seu racismo, não tendo um único negro entre seus componentes?

Da mesma forma não acreditamos que alguém em sã consciência tenha qualquer ilusão sobre as Nações Unidas e suas conferências. Já foram tantas — Eco-92, mulheres, habitação, etc — e nada mais vimos do que um infindável "blá-blá-blá" acompanhado de um crescente ataque às condições de vida e aos direitos de todos os povos do mundo, particularmente de seus setores mais marginalizados.

Por essas e outras conclamamos todos os setores do movimento que, assim como Malcolm X, acreditam que "não há capitalismo sem racismo" — e que, por isso mesmo, não há como lutar contra um sem combater o outro — a se levantarem contra este processo e a dedicarem-se para criar um pólo classista, revolucionário e internacionalista na luta contra o racismo, defendendo a ruptura radical com a sociedade capitalista e seus muitos preconceitos. (W.H.S.)

GAYS E LÉSBICAS *Parada livre mobiliza mais de dez mil pessoas em Porto Alegre*

"Meninas boas vão ao céu, meninas más vão à luta"

Rodrigo Weimer,
de Porto Alegre

O 28 de junho é o dia internacional de luta do movimento gay e lésbico, por causa de uma grande revolta contra a repressão policial acontecida em 1969 nos Estados Unidos. Nos últimos finais de semana, aconteceram diversas mobilizações em todo o Brasil para lembrar aquela data histórica. Em Porto Alegre, mais de dez mil pessoas se mobilizaram para participar da Parada Livre, que aconteceu no dia 23 e foi organizada pelo Nuances – grupo pela livre expressão sexual.

Nem a chuva que caía naquela tarde de domingo impediu que lésbicas, gays, travestis, transexuais e heterossexuais contrários aos preconceitos homofóbicos da sociedade burguesa, fossem ao Parque da Redenção demonstrar a força de nossa luta e de nossa organização. E dar um recado a pessoas infelizes e mal-resolvidas: não aceitamos nenhum tipo de preconceito. Não toleramos os ataques da corja neofascista e nem a discriminação promovida pelos órgãos de Estado em relação à doação de sangue.

O **PSTU** estava presente com uma bela coluna. Nossas bandeiras estavam coloridas com o arco-íris e trazíamos as faixas: "*Na luta contra todo tipo de discriminação e opressão – PSTU – GLB's*" e "*Meninas boas vão ao céu, meninas más vão à luta*".

Este é o recado que o PSTU tem para dar para todas as meninas e meninos que desejam libertar-se dos preconceitos a que somos submetidos. Vamos conquistar o direito de expressar livremente nossa sexualidade sem medo de preconceitos imbecis ou de ataques de crápulas covardes, através de muita luta. Não devemos nos comportar como bons consumidores para sermos tolerados no mercado capitalista (mesmo porque, se for assim, ficarão excluídos milhares de trabalhadores e trabalhadoras cuja orientação sexual fuja a uma suposta "norma" heterossexual). Não achamos que nosso orgulho se restrinja à nossa capacidade de consumo e nem que aqueles que não têm grana para consumir não devam ter orgulho da sua orientação sexual.

Temos muitas lutas pela frente. As paradas livres têm que servir para impulsionar e organizar novas mobilizações. A aprovação da lei de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo esbarra na mobilização de setores conservadores como as igrejas (católica e evangélicas à frente). Essa mesma lei tem grandes imperfeições, por não contemplar a possibilidade de adoção de crianças por casais de gays ou de lésbicas e por se enquadrar na lógica do casamento heterossexual.

Outra luta particularmente importante é a batalha contra a discriminação que sofremos para a doação de sangue. Como todo mundo sabe, para os órgãos que administram os hemocentros do país, ser homossexual é igual a ter sangue contaminado. Reafirmando a asquerosa versão que foi pregada no início da epidemia da Aids — que a igreja católica e a imprensa sensacionalista identificaram como "a peste gay" —, os hemocentros de todo o país adotam como critério de exclusão as pessoas com sexualidade diferente da "norma" heterossexual. Isso é um crime em mais de um sentido. É um crime ao nos discriminar e nos identificar com a Aids. É um crime ao recusar nosso sangue, em um país onde existem tão poucos doadores. E também é um crime por ser uma prática incentivada por órgãos públicos.

Por isso, o **PSTU** vem se somar a esta luta, e chamar a todos e todas a intensificarmos nossa batalha. Para termos liberdade de sermos "diferentes", precisamos construir uma nova sociedade. Uma sociedade socialista, na qual não sejam admitidos qualquer tipo de exploração ou de opressão.

Marcha de luta em Minas Gerais

Carlos Magno,
de Belo Horizonte

Mais do que cores, brilhos, fantasias e festa, a 4ª Marcha do Orgulho Gay de Minas Gerais foi marcada com protesto e reivindicação. No dia 8 de julho, Belo Horizonte reuniu mais de cinco mil pessoas em protesto contra o preconceito e a discriminação.

O dia começou com um ato-show, onde falaram várias entidades e parlamentares se solidarizando com a luta dos homossexuais. O espaço foi palco de apresentação de vários artistas da comunidade gay.

Após o ato político, houve o inicio da marcha, onde milhares de GLTS ocuparam as principais ruas de BH, que culminou com um show na praça da Liberdade.

A Marcha mineira teve o diferencial das de outros estados, pois não perdeu o caráter de luta, diferentemente de outras paradas que vêm se "carnavalizando". Vários participantes pediam para se manifestar. Os discursos eram sempre no sentido de reforçar que o dia não era, somente, de festa mas também de luta.

O movimento GLTS de Minas, representado pelos grupos Alem, Guri, MHM e Astrave, deu um exemplo de que a alegria e a irreverência da Marcha podem ser também um bom instrumento de mobilização e politização.

Além de Porto Alegre e Belo Horizonte o PSTU também participou das Paradas de São Paulo (200 mil), Fortaleza (3 mil), Brasília (2 mil), Curitiba e Natal.

Marxismo Vivo

Ato de Lançamento

No dia 28 de julho, sábado, as 15 horas, no Teatro Studio 184 (Praça Roosevelt, 184 — Antigo Cine Bijou — Metrô República), em São Paulo será realizado o lançamento do número 3 da Marxismo Vivo. O evento contará com a presença de colaboradores do Brasil e de outros países.

Crise, lutas e repressão

Alejandro Iturbe,
membro do Comitê Executivo da Frente Operária Socialista da Argentina

General Mosconi é uma pequena cidade de 20 mil habitantes, localizada na província de Salta, próximo à fronteira com a Bolívia. Nasceu e cresceu como um povoado petroleiro e, inclusive, leva o nome do fundador da empresa YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales). Perto da cidade funciona uma das principais destilarias do país. Mas a privatização da YPF, na década de 90, reduziu dramaticamente a oferta de emprego e a cidade foi condenada ao desemprego e à miséria. Transformada em um símbolo da Argentina, onde cresce a pobreza, em meio a imensas riquezas saqueadas por grandes empresas estrangeiras. Neste caso, a petroleira espanhola Repsol, proprietária da YPF.

No dia 17 de junho, General Mosconi apareceu em todos os noticiários do país. Nesse dia, o governo nacional enviou a *Gendarmería* (polícia militarizada de fronteira) para proteger a propriedade da Repsol, que se sentia ameaçada por um piquete de trabalhadores desempregados, na maioria ex-petroleiros, que há 20 dias vinham bloqueando a *Ruta* Nacional 34, perto da Repsol. O resultado foi dois trabalhadores mortos e cerca de 30 piqueteiros e policiais feridos.

Depois de um longo enfrentamento, finalmente a estrada foi desbloqueada, a *Gendarmería* ocupou militarmente a cidade e prendeu dezenas de piqueteiros.

Mas a indignação pode mais que o medo. No dia seguinte, o funeral se transformou em uma marcha contra a repressão. E um ato, convocado na praça central para exigir a saída dos policiais, começou com 30 pessoas e depois se tornou massivo. Aos gritos de "*assassinos!*" e "*Fora a Gendarmería!*", os policiais retrocederam. Na maioria das cidades do país ocorreram atos e marchas em repúdio à repressão e aos assassinatos.

As Malvinas do ar

Poucos dias antes, a muitos quilômetros dali, no sudoeste da Grande Buenos Aires, o aeroporto internacional de Ezeiza foi cenário de outra batalha. Centenas de trabalhadores da Aerolíneas Argentinas se enfrentaram com a polícia aeronáutica e formaram um cordão para evitar o embarque dos passageiros do vôo da Ibéria para Madri gritando: "*se a Aerolíneas não voa, a Ibéria também não!*". Depois de várias horas de espera, o avião da Ibéria ameaçou decolar com os poucos passageiros que conseguiram embarcar, mas "misteriosamente" apareceu um Jumbo da Aerolíneas cruzado na pista e o vôo foi definitivamente cancelado. Na mesma semana, milhares de pessoas lotaram o Luna Park (o principal estádio coberto de Buenos Aires) em um festival de solidariedade que contou com a participação de vários dos mais importantes cantores e artistas do país. A seleção argentina de futebol, as equipes do Boca Júnior e do River Plate entraram em campo com uma camiseta dizendo "*Salvemos Aerolíneas*" e a mesma camiseta era usada pelas modelos nas passarelas dos desfiles de moda.

Diego Giudice

Protesto dos funcionários das Aerolíneas Argentinas

Por outro lado, trabalhadores, estudantes e desempregados levavam sua solidaridade aos acampamentos montados pelos funcionários da Aerolíneas nos dois aeroportos de Buenos Aires (Aeroparque e Ezeiza) e participavam de marchas multitudinárias exigindo a salvação da empresa e repudiando a destruição feita pela Ibéria.

A Ibéria é proprietária da Aerolíneas Argentinas desde sua privatização e destruiu uma das empresas de aviação comercial mais sólidas e prestigiadas do mundo. Vendeu quase todos os seus aviões e edifícios, reduziu rotas e destinos e a deixou à beira da falência.

A necessidade de reestatizar se colocava a todo momento nas manifestações, e o presidente teve que explicar porque o governo não podia fazer isso.

O sentimento anti-imperialista, de defesa da soberania, que esta luta despertou fez com que os meios de comunicação falassem das "*Malvinas do ar*", numa referência à mais importante mobilização anti-imperialista já ocorrida no país, a guerra das Malvinas em 1982.

Governo: debilidade e repressão

General Mosconi e a Aerolíneas Argentinas são o resultado das privatizações feitas durante o governo de Menem, um dos aspectos centrais do salto na colonização e saque imperialista do país feito na última década. Hoje, o atual governo argentino também é um empregado direto dessas multinacionais. É cúmplice dos empresários espanhóis contra os trabalhadores da Aerolíneas e manda a *Gendarmería* para defender os tanques de petróleo da Repsol.

O governo De la Rúa-Cavallo (surgido da crise revolucionária de março deste ano) sofre hoje uma debilidade extrema. É absolutamente incapaz de obter uma melhoria na situação econômica e social do país e, ao mesmo tempo, é totalmente incapaz de derrotar as lutas operárias e populares provocadas por esta situação. A debilidade é tanta que chega a gerar fatos cômicos. Um senador da aliança governista apresentou um projeto para atrasar em uma hora o fuso horário do país e aproveitar melhor a luz solar durante o inverno. O decreto havia sido aprovado e estava para ser assinado pelo presidente, mas abriu-se um debate entre os ministros e governadores... e o governo decidiu voltar atrás. Rapidamente o humor popular expressou: "*De la Rúa não é capaz nem de dizer as horas!*".

Mas, apesar dessa debilidade, o governo tem de cumprir os compromissos com o FMI e não tem outra forma de fazê-lo que recorrendo à repressão. Os funcionários da Aerolíneas foram reprimidos, trabalhadores desempregados foram presos em diversas partes do país por exigirem trabalho, dirigentes foram presos e o ponto mais alto foi a repressão em General Mosconi. Mas essa escalada repressiva não está conseguindo frear as lutas, mas, sim, aumentando ainda mais a raiva.

Infelizmente, a atitude dos dirigentes majoritários dos trabalhadores impediu, até agora, que as lutas e a indignação se unifiquem e derrotem definitivamente o governo. Mas a situação continua esquentando, e parece difícil que possam manter essa posição por muito tempo. Tudo indica que se aproxima uma nova crise revolucionária, como a que ocorreu em março passado.

Abaixo o governo!

A Frente Operária Socialista (FOS), organização argentina com a qual o PSTU tem fraternais relações, está atuando nesse processo. Reproduzimos aqui trechos do panfleto-manifesto da FOS distribuído na marcha de 21 de junho em repúdio à repressão em Salta:

Para conseguir trabalho, frear a repressão, recuperar a soberania e a liberdade, renacionalizar Aerolíneas, a Repsol e todas as privatizadas, e deixar de pagar a dívida externa para desenvolver o país, é preciso fazer uma greve geral por tempo indeterminado para derrubar este governo corrupto, colocá-lo na cadeia junto com Menem e impor uma política diferente.

Essa é a obrigação de Moyano, De Gennaro e todos os dirigentes. Parem de enrolar! Que se unam e, junto com "Perro" Santillán e as organizações de desempregados e estudantes, formem uma Coordenação Nacional de Luta, elaborem um plano econômico operário de emergência e lutem por um governo da CGT, CTA e demais organizações operárias e populares.

Frente ao desastre da Aliança e a cumplicidade de Ruckauf, Duhalde, De la Sota e Companhia, é preciso outra política e outro governo: o das organizações operárias e populares.

- Fora a gendarmería de Salta
- Liberdade a todos os presos
- Basta de fome e repressão
- Reestatização da Aerolíneas sob controle dos trabalhadores
- Greve geral por tempo indeterminado
- Abaixo o governo De la Rúa-Cavallo
- Por uma Coordenação Nacional de Luta

50 mil pela CPI e o Fora FHC

Renato Benvenutti

Manifestação do dia 27 de junho em Brasília

Luciana Araujo,
de Brasília

Cerca de 50 mil manifestantes de todos os estados do país se uniram em Brasília no dia 27 de junho para participar da "Marcha contra a Corrupção e o Apagão". Servidores públicos, sem-terra, estudantes e trabalhadores da iniciativa privada exigiram a instalação da CPI para apurar as denúncias de corrupção que vêm sendo divulgadas desde o início do governo Fernando Henrique, em 1995. A Marcha saiu das imediações da rodoviária de Brasília em direção à Esplanada dos Ministérios.

Com muitas bandeiras e faixas denunciando o apagão e exigindo o fim do "governo das trevas", os manifestantes ocuparam os jardins da Esplanada gritando "*Fora já/fora já daqui/FHC e o FMI*". Para José Maria de Almeida, membro da Executiva Nacional da CUT e da direção nacional do **PSTU**, "*essa Marcha tem que ser tornada um movimento crescente. É preciso que a militância assuma esse desafio, particularmente as organizações dos trabalhadores e os partidos da esquerda – PT, PCdoB, PCB e* ***PSTU****. Vamos organizar a batalha na qual vamos construir a verdadeira alternativa para o país. Os partidos de oposição não podem ficar preocupados em não assustar o capital. Temos que ir com tudo para as ruas e construir uma alternativa dos trabalhadores que bote para fora FHC e o FMI*".

Já o presidente da CUT-SP, Antônio Carlos Spis declarou que "*as mobilizações que começaram em 2000 seguem este ano e fizeram o movimento social organizado colocar 50 mil em Brasília. Só de São Paulo saíram 220 ônibus. Isso mostra que o governo não pode mais fingir que não ouve o apelo popular para investigar a corrupção. O povo quer que o dinheiro que vem sendo desviado pela corrupção vá para a saúde, a educação e as áreas sociais*".

Embora tenha sido menor que a Marcha realizada em 1999, o sentimento geral entre os participantes do protesto era de que a situação do país e do governo chegou a um nível insustentável. As inúmeras denúncias de corrupção envolvendo o presidente do Senado, lideranças governistas e o próprio governo federal, somadas à ameaça do apagão foram os principais motivos que levaram as categorias à Marcha. Mas os trabalhadores também exigiam melhoria nas condições de trabalho, reforma agrária, a não privatização dos sistemas de abastecimento de água, entre outras questões. A Marcha foi organizada pela CUT, MST e diversos sindicatos. Entre os partidos de oposição, participaram do ato o PT, PCdoB, PCB, PSTU, PPS, PDT e o PSB. O líder do PL na Câmara, deputado Waldemar Costa Neto, subiu ao palco, mas foi vaiado durante toda a sua falação.

Roriz promove outra praça de guerra

A manifestação seguiu tranqüilamente, até o começo da tarde. Logo após início do ato político de encerramento da Marcha, onde falariam todos os partidos de oposição, o comando da Polícia Militar investiu com violência contra um grupo de estudantes que queimavam um caixão simbolizando o enterro de FHC nas margens do Lago do Congresso.

O efetivo policial mandado pelo governo federal e pelo governador Antônio Roriz transformou a Esplanada dos Ministérios em praça de guerra. Cerca de 5000 policiais – incluindo o efetivo da Tropa de Choque, um carro blindado com jatos d'água, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, e balas de borracha foram usadas para dispersar a manifestação.

O estudante Fabio Silva dos Santos, 23 anos, do Rio de Janeiro, foi pisoteado por um dos cavalos do Grupamento da Polícia Montada do Distrito Federal e teve que ser hospitalizado. Dois cinegrafistas foram atingidos de raspão por uma bomba de gás lacrimogêneo jogada sobre o palco. Outro, foi atingido por uma bala de borracha. Nenhum dos três ficou ferido.

Mesmo depois que o ato havia sido encerrado, os policiais continuaram a atirar bombas indiscriminadamente sobre os manifestantes. Com a desculpa de responder a um grupo de punks que atirava pedras contra os policiais, dezenas de bombas foram lançadas após o encerramento do ato. O saldo foi de dois estudantes detidos, um hospitalizado e vários manifestantes atingidos pelos estilhaços. Quatro PMs também ficaram feridos segundo o comando. (L.A.)

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5575.6093 pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): Pça Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Bairro Fonolândia - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F.(14) 223.2219 - bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG): - Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br

Brasília (DF): EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166- F. (61) 346.4926 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - F. (19) 3235.2867- campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (PB): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Mucuri (BA): R. Jovita Fontes, 430 - Centro - F. (73) 206.1482

Natal (RN): R. Coronel José Bernardo, 938, Alecrim - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/ 304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Rio de Janeiro, Zona Oeste (RJ): Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ

Santa Maria (RS): F. (55) 9999.5017 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos (11) 4427-4391 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Paraíso: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 5572.5416
- Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail é: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet é: www.pstu.org.br